

**A Agenda da Segurança e do
Desenvolvimento (Humano) Pós 2015:
Análise e Reflexões Prospetivas**

Ana Isabel Xavier

Ana Isabel Xavier
Investigadora CIGP
xavier.anaisabel@gmail.com

RESUMO

Foi em Setembro de 2000 que os 189 Estados-membros das Nações Unidas, reunidos na Cimeira do Milénio, se comprometeram a guiar os seus esforços coletivos em torno de oito Objetivos do milénio (ODM) no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável. 15 Anos volvidos, a ONU prepara-se para implementar a agenda 2015-2030 através dos renovados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para além de salientarmos o balanço e a devida cronologia destes objetivos, iremos privilegiar também uma análise prospetiva que tome em consideração as futuras tendências globais em termos de fluxos

Introdução

Na segunda metade do séc. XX, o escopo do conceito de segurança foi profundamente alargado assumindo a segurança dos Estados e a segurança dos indivíduos como necessariamente interligados para responder de forma efetiva às novas ameaças transnacionais. Um dos pressupostos desta abordagem passa pelo conceito de Segurança Humana (SH) cuja indefinição conceptual¹ tem legitimado a *safety* do indivíduo como moralmente superior à *security* do Estado². Assim, ao alterar o objeto de referência de segurança (Krause e Jütersonke, 2005) a Segurança Humana potencia a necessidade de uma perspetiva mais abrangente que a ausência do conflito violento, através do respeito pelos Direitos Humanos, boa governação e criação de oportunidades para a igualdade no acesso a escolhas que permitam viver com dignidade.

Uma das manifestações de recusa de muitos investigadores em reconhecerem a Segurança Humana como mais do que um conceito, ainda mais difícil como uma teoria, é que aparenta agregar demasiados conceitos (incluindo o de desenvolvimento humano) que já existem e, por isso, não requerem novos rótulos. É neste sentido que Des Gasper questiona se a principal característica do conceito de segurança humana é priorizar o reino do desenvolvimento humano, então trata-se apenas de “velhas” necessidades humanas em “novas” garrafas (2004: 11).

Também Newman (2010) sugere a necessidade de ultrapassar esses paradoxos enquadrando o debate na perspetiva construtivista dos “Estudos críticos de segurança humana”, reforçando a relação das causas e efeitos e questionando as disposições que produzem insegurança. O autor enfatiza ainda que a análise estrutural parece ser subvalorizada no seio da comunidade que estuda Segurança Humana, pois tende a focar-se excessivamente na demonstração das inseguranças conjunturais e menos nas causas profundas das vulnerabilidades (Newman, 2010: 93).

Parece ser igualmente divergente a cumplicidade atribuída à relação entre segurança e desenvolvimento, não obstante se convirja para uma perspetiva holística que pressupõe a identificação estrutural das ameaças e de insegurança, uma perspetiva de prevenção e reação atempada para evitar uma escalada de tensão e conflito e salvaguardar a paz com respeito pelos direitos humanos fundamentais (Krause e Jütersonke, 2005).

A nível multilateral, as Nações Unidas (PNUD, 1994) e a União Europeia (Conselho Europeu, 2003; Conselho Europeu, 2008) evidenciam a ligação entre segurança e desenvolvimento transversalmente em todas as estratégias e políticas relacionadas

com a necessidade das pessoas em situações de fragilidade e (pós) conflito. As Nações Unidas foram, aliás, a primeira Organização Internacional que definiu Segurança Humana simultaneamente como *freedom from fear* e *freedom from want* (PNUD, 1994). Para além disso, ilustrou o conceito com um “Índice do Desenvolvimento Humano” que, desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq, tem sido parte integrante do Relatório Anual de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No âmbito da União Europeia, a assunção de que «a segurança é uma condição prévia do desenvolvimento» (Conselho Europeu, 2003: 2) é reforçada no Relatório de Implementação da Estratégia Europeia de Segurança com a afirmação que «não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz nem segurança, e que sem desenvolvimento e erradicação da pobreza a paz não será duradoura» (Conselho Europeu, 2008: 8).

Deste modo, com a narrativa conceptual das Organizações Internacionais mencionadas a acompanharem a ideia que segurança leva a mais desenvolvimento (e vice-versa), são várias as questões que têm sido suscitadas sobre a “ligação perigosa” entre estes dois conceitos. De facto, importa recordar como a Escola de Copenhaga das Relações Internacionais tem enquadrado os novos desafios como o desenvolvimento sustentável ou o crescimento da população no âmbito da agenda da Segurança Humana, mesmo assumindo o risco da “securitização” (Buzan et al, 1997) da agenda do desenvolvimento.

No entanto, autores como Duffield (2010; 2005), Hettne (2010) ou Neocleous (2008) têm partilhado algumas críticas a este argumento, considerando que tal assunção pode intensificar elementos que poderiam ser trabalhados apenas na ótica do desenvolvimento sob pena de potenciar outros elementos de (in)segurança humana. Por outras palavras, se aceitássemos que a demografia tende a ser diferente em países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, bem assim o aumento dos fluxos da migração internacional, ou a assimetria do envelhecimento da população, então a conseqüente pressão sobre os recursos nacionais conduz a mais instabilidade, intensifica atividades ilícitas e faz diminuir os recursos de alimentos e energia. Desse modo, o mapa da conflitualidade tenderia a coincidir com as presentes tendências demográficas e interferiria ativamente nas políticas públicas governamentais.

São as problemáticas esboçadas nesta introdução que este artigo pretende dar expressão, contribuindo para um debate que, em 2015, com a renovada Agenda dos

migratórios, crescimento demográfico e acesso a recursos (comida e água). De facto, quando fixamos a nossa atenção no pós 2015 importa ter em conta quer a relação entre a dinâmica da população e a sustentabilidade do planeta, quer o bem-estar e o respeito pelos Direitos Humanos. Para além disso, a narrativa subjacente aos objetivos de desenvolvimento das Nações Unidas parece ser a da insistente securitização do desenvolvimento, pelo que importa também perceber como o nexo entre segurança e desenvolvimento influi na matriz de análise das tendências futuras.

PALAVRAS-CHAVE:

Segurança, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Nações Unidas, Prospetiva

Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas e em pleno Ano Europeu para o Desenvolvimento, decerto merecerá acolhimento científico e reflexão académica. Para o efeito, iremos apoiar o quadro teórico na utilização de estatísticas várias e questionar os reflexos da potencial sobreposição entre segurança e desenvolvimento na dimensão interna dos países, sobretudo dos que se encontram ainda em processo de desenvolvimento e para os quais as preocupações das Nações Unidas se centram de forma mais expressiva.

As Nações Unidas e os Objectivos de Desenvolvimento

Em Setembro de 2000, os 189 chefes de Estado e líderes mundiais adotaram em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, a Declaração do Milénio³ intitulada “We the Peoples: The Role of the United Nations in the Twenty-First Century”. A agenda que comprometeu as nações com uma nova parceria global, a concretizar até 2015, é comumente conhecida como os objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM).

Os ODM são, em boa verdade, oito objetivos de desenvolvimento internacional que acompanham a adoção da Declaração do Milénio das Nações Unidas⁴ e que pressupõem metas específicas a atingir até 2015:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome: reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia; reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome.
2. Alcançar o ensino primário universal: garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário.
3. Promover a igualdade de género e a autonomia da mulher: eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, até 2015.
4. Reduzir a mortalidade de crianças: reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.
5. Melhorar a saúde materna: reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças: deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA; deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves.

7. Garantir a sustentabilidade ambiental: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais; reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável; melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até 2020.
8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento em cooperação com os países em desenvolvimento, com as empresas farmacêuticas e o sector privado: continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto baseado em regras, previsível e não discriminatório; Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados; Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos estados insulares; tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.

Embora cada objetivo apresente metas específicas a atingir, várias críticas apontam para a dificuldade⁵ ou ausência de critérios mensuráveis para alguns objetivos e até um desequilíbrio no progresso e desenvolvimento dos mesmos⁶. Assim, uma assembleia plenária de alto nível foi realizada entre 20 e 22 de Setembro de 2010 para rever os objetivos traçados e adotar um plano de ação global para traçar novos compromissos em matéria de saúde, pobreza, fome ou doença no pós 2015.

Após esta cimeira, os 193 Estados-membros das Nações Unidas, organizações da sociedade civil e *think tanks* comprometeram-se com a Agenda do Desenvolvimento pós 2015. Ban Ki-moon reuniu um grupo de trabalho que incluiu 60 agências das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Em Junho de 2012, este grupo publicou o relatório “Realizing the Future We Want for All” e apresentou-o ao *High Level Panel of Eminent Persons*, criado a 31 de Julho de 2012 pelo Secretário-Geral. Nessa altura, Ban Ki Moon designou a Nigueriana Amina J. Mohammed como consultora especial, contactou organizações da sociedade civil, o setor privado e líderes de todas as regiões do mundo para pensarem o desenvolvimento até 2030⁷.

Todo este processo foi complementado por uma série de 11 consultas temáticas globais e consultas nacionais em 87 países coordenados pelo Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDG) que reuniu, pela primeira vez, a 25 de setembro de 2012 e submeteu as suas recomendações ao Secretário-Geral a 30

de maio de 2013 – “A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies through Sustainable Development”. Este relatório incita os líderes mundiais a unirem-se em torno de uma nova parceria global para erradicarem a pobreza extrema até 2030 e empenharem os seus melhores esforços para um desenvolvimento sustentável alicerçado em cinco eixos transformativos:

1. *Leave No One Behind*. Após 2015, o desafio é erradicar a pobreza extrema em todas as suas formas assegurando que todas as pessoas, independentemente da sua etnia, género, origem, deficiência, raça ou outro estatuto tenham acesso às mais básicas oportunidades económicas e direitos humanos.
2. *Put Sustainable Development at the Core*. O objetivo é integrar as dimensões social, económica e ambiental da sustentabilidade, desacelerando as alterações climáticas e a degradação ambiental enquanto ameaças à humanidade.
3. *Transform Economies for Jobs and Inclusive Growth*. Uma transformação económica profunda pode erradicar a pobreza extrema e melhorar a condição de vida das pessoas pela inclusão social e acesso a padrões de consumo e produção sustentáveis.
4. *Build Peace and Effective, Open and Accountable Institutions for All*. Paz e boa governação devem ser reconhecidos como elementos centrais de bem-estar, incitando à transparência dos governos para construir sociedades prósperas.
5. *Forge a New Global Partnership*. Uma nova parceria deve ser alicerçada numa compreensão mútua e partilhada do respeito e benefício mútuo da humanidade, centrada sobretudo nas pessoas afetadas pela pobreza e exclusão, mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência e populações indígenas. Esta parceria global deve incluir organizações da sociedade civil, instituições multilaterais, governos locais e nacionais, comunidade científica e académica, empresas e filantropia privada.

Paralelamente, em Agosto de 2012, o Secretário-Geral Ban Ki-moon lançou a *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)*⁸ que pretende mobilizar a expertise científica e técnica do mundo académico, a sociedade civil e o setor privado para apoiar a resolução dos problemas do desenvolvimento sustentável a nível local, nacional e global. Esta rede definiu doze grupos temáticos de modo a identificar soluções práticas para os desafios do desenvolvimento sustentável.

Foi na 68ª reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2013, sob o mote “The Post-2015 Development Agenda: Setting the Stage!” que foi conhecido o primeiro esboço do que poderão vir a ser os 17 novos Objetivos e respetivas metas⁹:

1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares;
2. Alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades;
4. Assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de género e capacitar as mulheres e as raparigas;
6. Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso à energia de forma acessível, confiável, sustentável e moderna para todos;
8. Promover um crescimento sustentado e inclusivo e sustentável económico, o emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos;
9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e promover a inovação;
10. Reduzir as desigualdades dentro e entre países;
11. Tornar as cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, fortes e sustentáveis;
12. Assegurar consumo e produção sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos;
14. Assegurar o uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, e deter e reverter a degradação da terra e travar a perda de biodiversidade;

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;

17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Até à Cimeira de Setembro de 2015, o Secretário-geral das Nações Unidas pretende continuar a apoiar os Estados membros das Nações Unidas e o processo de consulta, nomeadamente através do *High-level Political Forum* (que reuniu pela última vez a nível ministerial a Julho de 2014¹⁰), do grupo de trabalho dos objetivos do desenvolvimento sustentável e o Comité Intergovernamental de peritos em financiamento do desenvolvimento sustentável (ambos apresentaram os relatórios em Setembro de 2014). A 31 de Dezembro de 2014, Ban Ki Moon apresentou o relatório final sob o título “O Caminho para a Dignidade até 2030: Acabando com a Pobreza, Transformando Todas as Vidas e Protegendo o Planeta”.

Não obstante a importância da agenda dos ODM e do debate em torno da nova versão em forma de ODS, importa salientar de forma muito breve que há pontos de vista diferenciados e até críticos (Norton et al, 2014) sobre este assunto, considerando os objetivos vagos, difíceis de implementar¹¹ e extraordinariamente complexos para serem transpostos para políticas públicas concretas em regiões como África¹². No entanto, mais do que apresentar os pontos positivos e menos bem conseguidos desta agenda, este artigo pretende centrar a discussão sobre segurança e desenvolvimento no contexto dos propósitos renovados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, assim, salientar não o mérito ou desmérito da iniciativa, mas os desafios que os mesmos trazem à alocação na matéria proposta por este artigo.

O Nexo Segurança-Desenvolvimento ou a Securitização Construtivista do Desenvolvimento

Salientámos anteriormente como o alargamento e aprofundamento do conceito de Segurança permitiu à investigação académica explorar novas ferramentas analíticas para compreender e explicar os desafios do pós guerra fria na interligação Estado/indivíduo.

Uma contribuição que este artigo aceita como válida para refletir sobre o nexos entre segurança e desenvolvimento é o da Escola de Copenhaga, particularmente

no que diz respeito ao conceito de securitização. De facto, este conceito defende que o subdesenvolvimento é a maior causa de insegurança (Floyd, 2007) e, por isso, exige a securitização do desenvolvimento, nomeadamente através da adoção de medidas excecionais para lidar com uma dada ameaça.

De facto, é a Barry Buzan que devemos o argumento que um dado objeto pode ser encarado como um assunto de segurança pressupondo a sua resolução no âmbito das questões de segurança e defesa nacional. Assim, a “securitização” (Buzan et al 1997) pressupõe um ator/agente securitizador (uma entidade que induz a securitização), um objeto de referência (um objeto que está a ser ameaçado e que precisa de ser protegido) e um destinatário (uma “audiência” que é convencida a aceitar o objeto como ameaça de segurança e, por isso, a aceitar que esse objeto particular é “securitizado”). Nesse sentido, a segurança enquanto discurso permite a transferência imediata de um determinado tópico (da área política, militar, económica, social ou ambiental) para o campo da segurança legitimando, assim, a adoção de medidas extraordinárias contra ameaças socialmente construídas. Desse ponto de vista, o processo de securitização assegurará um significado intersubjetivo do que não constitui, na realidade, nem uma perceção objetiva nem subjetiva da ameaça.

No entanto, note-se, este processo de securitização do desenvolvimento é irreversível. De facto, os autores salientam que, o regresso ao reino da “normal politics” (Buzan et al, 1997: 24), se pode denominar de “dessecuritização” estando assim atingidas as condições necessárias para abandonar os esforços de segurança.

De todo o modo, retenhamo-nos na ideia que, perante o subdesenvolvimento como causa de insegurança, o processo de securitização do desenvolvimento implica necessariamente uma relação causal entre a falta de desenvolvimento e a segurança, o que tem repercussões quer em termos de perceções, quer em termos de ações. Uma das principais consequências pode ser a disseminação de outras inseguranças, num processo de promoção de segurança e, por isso, aproximando (por vezes, fazendo coincidir) os conceitos de segurança (humana) e desenvolvimento (humano).

A este propósito, Nafeez (2010) concorda que o subdesenvolvimento económico conduz a maior incerteza dados os riscos inerentes à competição por recursos fazendo, assim, coincidir a geografia da conflitualidade e dos recursos com o índice dos Estados frágeis.

No entanto, Stern e Öjendal ensaiaram um quadro conceptual (2010: 21) para mapear interpretações múltiplas que sublinham as articulações específicas do nexo da segurança e do desenvolvimento, revelando também os múltiplos discursos que podem ser adotados e a complexidade conceptual que se oferece. Os autores concluem com alguns considerandos críticos, clarificando que

(...) the ‘content’ or form of ‘the nexus’ is not clear. It is therefore open for all kinds of (illicit) use under the guise of progressive and ethically palatable politics. (...) as the nexus is to be used as a ‘recognizable’ and seemingly comprehensible narrative, various processes can be pursued in the name of (more or less) in/compatible combinations of security–development (...) (Stern e Öjendal, 2010: 24).

Deste modo, não sendo claro o nexo entre segurança e desenvolvimento, não será de alimentar a “promiscuidade” entre os dois conceitos (Klingebl, 2006), sendo importante realçar que o próprio PNUD (1994) distingue entre o processo de alargamento das escolhas individuais (desenvolvimento) e o exercício das escolhas individuais e coletivas (segurança)¹³.

Tendências e Perspetivas

O Fundo das Nações Unidas para a população concluiu que, entre 1900 e 2000, a população mundial quadruplicou, ultrapassando a barreira dos 7 biliões em Outubro de 2011. No entanto, ressalva-se que este crescimento populacional foi assimétrico, reforçando as desigualdades entre o Norte (desenvolvido e envelhecido) e o Sul (menos desenvolvido, com grandes aumentos populacionais) e, consequentemente, com diferenças abissais no acesso e sustentabilidade dos recursos¹⁴.

É neste sentido que os estudos demográficos são encarados como um vetor estratégico (Sciubba, 2011) no contexto dos estudos de segurança tendendo a perfilar-se como um instrumento importante para o apoio à decisão política em matéria de segurança e desenvolvimento.

Nesse sentido, Goldstone (2009: 1) identifica seis grandes tendências da população mundial que colocam desafios securitários significativos à Europa e às nações desenvolvidas nas próximas décadas, como sendo: (1) crescimento desproporcionado em países muçulmanos; (2) diminuição da população na União Europeia e nos países da antiga União Soviética; (3) discrepância entre sociedades envelhecidas nos países do primeiro mundo e sociedades jovens nos países do terceiro mundo;

(4) crescente imigração do terceiro mundo para os países mais desenvolvidos; (5) impacto da SIDA e de outras pandemias; (6) rápido crescimento e papel predominante das populações urbanas nos países do terceiro mundo.

O mesmo autor salienta ainda três grandes conclusões na análise da segurança aplicada às dinâmicas da população (Goldstone, 2009: 3, 4). A primeira grande conclusão é que a maioria dos conflitos causados pelo crescimento populacional conduz apenas a uma violência local e em pequena escala. A segunda é que, mais do que uma ameaça, os conflitos por recursos despoletados pelo crescimento populacional são um desafio que pode facilmente ser resolvido através de maior cooperação. Por fim, os conflitos originados pelo crescimento populacional apenas desembocam em violência em larga escala quando esses conflitos interagem com a incapacidade de resposta dos Estados frágeis ou das suas políticas estatais.

No entanto, se tivermos em conta as tendências do índice do desenvolvimento humano entre 1980 e 2012¹⁵ verificamos como o top 20 espelha uma dupla complexidade que parece servir de ilustração perfeita para a narrativa das Nações Unidas da urgência de cumprir os objetivos do desenvolvimento do milénio: regiões sobrepovoadas mas com baixos índices de esperança de vida; vastos territórios e regiões com elevado número de população ativa e forte probabilidade de ocorrerem conflitos por acesso aos recursos. O Mapa da Fome 2014¹⁶ reforça este entendimento, bem assim o gráfico dos refugiados no que diz respeito à causalidade entre alterações climáticas, dinâmicas populacionais e conflitos¹⁷. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados o número de deslocados internos aumentou de 17 milhões em 1997 para 28.2 milhões para 2012¹⁸, estando o número de refugiados estimado em 10.4 milhões em 2013¹⁹.

Do mesmo modo, de acordo com a Organização Internacional das Migrações, o número estimado de migrantes internacionais no mundo ronda os 214 milhões, o que representa uma percentagem de 3.2% da população mundial²⁰. Tal significa que 1 em cada 33 pessoas são migrantes com tendência para aumentar até 2050. Os países com o maior número de população migrante são o Qatar (87%), Emiratos árabes unidos (70%), Jordânia (46%), Singapura (41%) e Arábia Saudita (28%). Por outro lado, os países com menos migrantes são a África do Sul (3.7%), a Eslováquia (2.4%), a Turquia (1.9%), o Japão (1.7%), a Nigéria (0.7%), a Roménia (0.6%), a Índia (0.4%) e a Indonésia (0.1%).

As tendências futuras perspetivam ainda o aumento do fluxo migratório dos países mais desenvolvidos, constringido por um contexto de envelhecimento demográfico

que irá reduzir a população em idade ativa. De facto, pela primeira vez em 2013, o Fórum Económico Mundial (2013: 10) considera o envelhecimento da população como um dos cinco maiores riscos globais²¹.

Uma referência adicional ao Relatório “Global Trends 2030: Alternative Worlds” (National Intelligence Council, 2013) que estima a emergência de “médias potências” como a Colômbia, a Indonésia, a Nigéria, a Etiópia, a Turquia e o Vietname com tendência para assumirem-se como um grupo de influência global dados os elevados níveis demográficos e fortes rácios de crescimento económico. O relatório conclui também que, em 2030, cerca de 60% da população mundial irá sofrer de falta de fornecimento de água reforçando a possibilidade de conflitos hídricos²².

Finalmente, em 2030, o planeta será habitado por 8,400 milhões de pessoas mas, como já vimos, o crescimento populacional irá abrandar em todos os continentes com o conseqüente envelhecimento da população mundial. África será a única exceção. 60% da população mundial irá viver em cidades²³ e, com a progressiva redução da pobreza, a classe média irá triplicar para 300 milhões de pessoas que, por sua vez, irá aumentar o consumo de água, comida e energia.

Sobreleve-se, em suma, a importância da utilização destes dados estatísticos para o reforço do quadro teórico apresentado anteriormente, desde logo ao salientarem a espiral de vulnerabilidade e fragilidade que alguns Estados enfrentam (nomeadamente no que diz respeito às variáveis migratórias²⁴ e acesso a recursos), auxiliando a nossa reflexão sobre onexo (in)segurança e (sub)desenvolvimento.

Conclusão

Ao longo deste artigo, assumimos como a alargamento do escopo do conceito de Segurança no último quartel do séc. XX, conduziu a uma profunda alteração do modo como a segurança dos Estados e dos indivíduos deve estar relacionada para uma resposta eficaz às novas ameaças transnacionais.

Não admira, por isso, que os novos objetivos de desenvolvimento global 2015-2030 estejam concentrados na sustentabilidade como solução para ultrapassar a insegurança humana, visto que as dinâmicas populacionais parecem fortemente relacionadas quer com a sustentabilidade do planeta quer com o bem-estar e os direitos fundamentais das populações. Desse modo, os assuntos relacionados com a população (migrações, envelhecimento e recursos) estão na primeira linha das políticas governamentais e tendem a assumir-se como um importante instrumen-

to de apoio à tomada de decisão, especialmente na agenda pós 2015 das Nações Unidas, que está já a ser preparada desde 2010. A título de exemplo, em 2013, o dia Internacional de combate à desertificação foi dedicada à escassez de água²⁵, chamando a atenção para a importância dos solos sustentáveis como parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

No entanto, não terminamos sem reiterar como desenvolvimento e segurança devem ser encarados como um complemento transversal, mas não necessariamente como nexocausal, devendo resistirmos à tentação de, em absoluto, securitizar o desenvolvimento. Na sua agenda 2015-2030, as Nações Unidas parecem fazer coincidir a geografia dos recursos e da conflitualidade com o desenvolvimento e sustentabilidade para delinear os novos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Tal parecerá válido apenas se as respostas políticas forem capazes de, com um largo espectro e horizonte temporal, ter em conta estas variáveis simultaneamente de forma holística, coerente mas de forma isolada. Afinal, sem negarmos o interesse recíproco e o benefício mútuo, devemos dar a devida deferência à segurança o que é da segurança e ao desenvolvimento o que é do desenvolvimento.

Referências

- Buzan, Barry et al (1997), *Security, A New Framework for Analysis*. London: Lynne-Rienner Publishers.
- Chandler, David (2007), “The security–development nexus and the rise of ‘antiforeign policy’”, *Journal of International Relations and Development*, 10, 362-386.
- Des Gasper (2004) “Securing humanity – situating the ‘Human security’ discourse”. Draft paper for 4th conference on the capability approach. University of pavia.
- Duffield, Mark (2010), “The Liberal Way of Development and the Development– Security Impasse: Exploring the Global Life-Chance Divide”, *Security Dialogue*, 41(1): 53-76.
- Duffield, Mark (2005), “Linking Development and Security in the age of terror”, Paper prepared for the GDI Panel “New Interfaces between Security and Development”, Bonn, 21-24 September 2005.
- Conselho Europeu (2003). *A Secure Europe in a better world*. <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf> (última consulta a 25/11/2014).
- Conselho Europeu (2008). *Report on the Implementation of the European Security Strategy - Providing Security in a Changing World* - http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/reports/104630.pdf. (última consulta a 25/11/2014).
- Floyd, Rita (2007). “Human Security and the Copenhagen School’s Securitization Approach: Conceptualizing Human Security as a Securitizing Move”. *Canada: Human Security Journal*, 5. pp. 38-49.

Goldstone, J. (2009) Demography and Security: Security Implications of Global Population Changes, 2007-2050. Research Paper N°2009-07. George Mason University, School of Public Policy, http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1449145 (última consulta a 25/11/2014).

Hettne, Björn (2010), “Development and Security: Origins and Future”, *Security Dialogue*, 41(1): 31-52.

Klingebl, Stephan (2006), “Introduction: New Interfaces between Security and Development”, in Klingebiel, Stephan (ed.) *New interfaces between security and development: Changing concepts and approaches*. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik: 1-9.

Krause, Keith and Jütersonke, Oliver (2005), “Peace, Security and Development in Post-Conflict Environments”, *Security Dialogue*, 36(4): 447-462.

Nafeez, M. (2010), «Globalizing Insecurity: The Convergence of Interdependent Ecological, Energy, and Economic Crises» <http://yalejournal.org/wp-content/uploads/2010/09/105208ahmed.pdf> (última consulta a 25/05/2015).

National Intelligence Council (2013), *Global Trends 2030 – alternative worlds*. <http://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf> (última consulta a 25/05/2015).

Neocleous, Mark (2008). *Critique of security*. Edinburgh University Press/McGill-Queens University Press.

Newman, Edward (2010). “Critical Human Security Studies”. *Review of International Studies*, 36, pp. 77-94.

Norton, Andrew et al (2014). “Taking the Sustainable Development Goals from ‘main basis’ to effective vision – what’s the roadmap?”. Working paper 402. ODI. <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9166.pdf> (última consulta a 25/05/2015).

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994), *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas. http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf (última consulta a 14/12/2014).

Sciubba, J., (2011), *The Future Faces of War. Population and National Security*, Oxford, Praeger.

Stern, Maria and Ojendal, Joakim (2010) “Mapping the Security–Development Nexus: Conflict, Complexity, Cacophony, Convergence?”. *Security Dialogue: Special Issue on the Security–Development Nexus Revisited*, Vol. 41(1): 5-30.

Tadjbakhsh, Shahrbanou e Chenoy, Anuradha M. (2007). *Human Security: Concepts and Implications*. New York: Routledge.

Vasconcelos, Álvaro de (ed.) (2012), *ESPAS Report ‘Global Trends 2030 - Citizens in an Interconnected and Polycentric World’* European Union Institute for Security Studies. European Union Institute for Security Studies, http://www.iss.europa.eu/uploads/media/ESPAS_report_01.pdf (última consulta a 25/11/2014).

World Economic Forum (2013) *Global Risks 2013*, Eighth Edition. <http://www.weforum.org/reports/global-risks-2013-eighth-edition> (última consulta a 25/11/2014).

Xavier, Ana Isabel (2013), “Dos desafios da Demografia e Mobilidade Populacional na Era da Globalização: o nexa Segurança (Humana) e Desenvolvimento (Sustentável)”, Comunicação apresentada no X Congresso de Demografia Histórica, Associação de Demografia Histórica, Albacete, 18-21 de Junho 2013.

¹ Embora atualizadas e revistas, algumas partes textuais e ideias do artigo aqui apresentado foram pela primeira vez partilhadas na Comunicação intitulada “Dos Desafios da Democracia e Mobilidade Populacional na Era da Globalização: o Nexa Segurança (Humana) e Desenvolvimento (Sustentável)” a que se faz a devida referência na Bibliografia (Xavier, 2013).

² Não sendo objeto do presente artigo discorrer sobre o conceito de Segurança Humana, sugere-se a leitura de Tadjbakhsh e Chenoy, 2007.

³ <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf> (última consulta a 25/04/2015)

⁴ <http://www.un.org/millenniumgoals/> (última consulta a 25/04/2015)

⁵ A este respeito, vide uma visão relativa a África em <http://dri.fas.nyu.edu/docs/IO/13016/Unfairto-Africa.pdf> (última consulta a 26/04/2015)

⁶ Nos links seguintes, encontra-se o balanço de cada um dos ODM’s com identificação detalhada das datas de execução e metas por cumprir : <http://www.un.org/millenniumgoals/poverty.shtml>; <http://www.un.org/millenniumgoals/education.shtml>; <http://www.un.org/millenniumgoals/gender.shtml>; <http://www.un.org/millenniumgoals/childhealth.shtml>; <http://www.un.org/millenniumgoals/maternal.shtml>; <http://www.un.org/millenniumgoals/aids.shtml>; [http://www.un.org/millenniumgoals/global.shtml](http://www.un.org/millenniumgoals/environ.shtml) (última consulta a 26/04/2015)

⁷ As principais conclusões das conversações globais foram incluídas nos seguintes relatórios e apresentados ao Secretário Geral e aos Estados-membros das Nações Unidas: ‘Realizing the future we want for all’ (UN System Task Team, 2012); ‘A renewed global partnership for development’ (2013); The report of the High-Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda (2013); ‘A million voices: The world we want’ (UN Development Group, 2013); ‘Architects for a better world’ (UN Global Compact, 2013); ‘An action agenda for the sustainable development’ (Sustainable Development Solutions Network, 2013); ‘A regional perspective on the post-2015 development agenda’ (2013)

⁸ <http://unsdsn.org/> (última consulta a 25/04/2015)

⁹ Um esboço da proposta dos 17 novos objetivos e respetivas metas pode ser encontrada aqui <http://sustainabledevelopment.un.org/sdgsproposal> Ver também, a título de curiosidade, a notícia em <http://www.unric.org/pt/actualidade/31245-680-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-abre-dia-17-desenvolvimento-sustentavel-pos-2015-no-centro-do-debate>. (última consulta a 26/12/2014).

¹⁰ A próxima reunião está prevista para 26 de Junho a 8 de Junho, em Nova Iorque, com o tema “Strengthening integration, implementation and review - the HLPF after 2015”

¹¹ <http://www.ft.com/cms/s/0/d321500c-2e27-11e4-b760-00144feabdc0.html#axzz3Yi6GEEG0> (última consulta a 29/04/2015)

¹² <http://blogs.ft.com/beyond-brics/2014/08/21/the-new-un-development-goals-still-missing-the-point/> (última consulta a 29/04/2015)

¹³ Vide a este respeito o Relatório do Desenvolvimento Humano 2014, disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf (última consulta a 29/04/2015)

¹⁴ De acordo com FAO - Food and Agricultural Organization, a segurança alimentar pode ser definida como «a situation that exists when all people, at all times, have physical, social and economic access

to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life. Based on this definition, four food security dimensions can be identified: food availability, economic and physical access to food, food utilization and stability over time». Por sua vez, insegurança alimentar é «a situation that exists when people lack secure access to sufficient amounts of safe and nutritious food for normal growth and development and an active and healthy life. It may be caused by the unavailability of food, insufficient purchasing power, inappropriate distribution or inadequate use of food at the household level. Food insecurity, poor conditions of health and sanitation and inappropriate care and feeding practices are the major causes of poor nutritional status. Food insecurity may be chronic, seasonal or transitory». (Relatório “The State of Food Insecurity in the World. The multiple dimensions of food security. FAO:2013)

- ¹⁵ <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=44372#.U4Nve3I7uSo> (última consulta a 26/04/2015).
- ¹⁶ <http://www.fao.org/hunger/en/> (última consulta a 26/04/2015).
- ¹⁷ <http://www.theguardian.com/environment/2008/jun/17/climatechange.food#> (última consulta a 26/04/2015).
- ¹⁸ <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c23.html> (última consulta a 12/04/2015).
- ¹⁹ <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c1d.html> (última consulta a 12/04/2015).
- ²⁰ <http://www.unfpa.org/migration> (última consulta a 26/04/2015).
- ²¹ Vide estrutura populacional em 2030 (Vasconcelos, 2012: 66 apud UN Department of Economic and Social Affairs 2011).
- ²² Vide mapa de alterações a longo prazo em termos de stress hídrico (Vasconcelos, 2012: 83 apud WRI, 2011).
- ²³ Vide mapa das 20 maiores cidades em 2030 de acordo com Vasconcelos (2012: 135) apud *UN Department of Economic and Social Affairs*.
- ²⁴ Uma das sugestões do Relatório Mundial das Migrações 2013 da Organização Internacional das migrações é a de desenvolver um barómetro global do bem estar dos migrantes.
- ²⁵ Em Maio de 2013, a Namíbia declarou o estado de emergência nacional devido a secas severas com 14% da população em situação de insegurança alimentar. Em 2012, foi a vez dos EUA enfrentarem as maiores secas desde os anos 50, afetando 80% da terra cultivada. Em 2011, secas no corno de África foram as piores desde os anos 90, afetando cerca de 13 milhões.